



MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 71 - 1ª Quinzena de julho de 1994 - CR\$ 1.000,00 - Solidário: CR\$ 2.000,00

**Não ao congelamento
dos salários por um ano!**

**Que a CUT e os
sindicatos convoquem
plenárias e assembleias
em todas as categorias!**

**Que organizem as
campanhas salariais
unificadas e de luta!**

**Os trabalhadores
devem votar nulo,**

**contra a política
antinacional e
antipopular de FHC**

**contra a mentira
demagógica do PT**

**em defesa de um
partido operário
revolucionário**

Fora a França imperialista de Ruanda!

Que os africanos possam decidir seu destino!

**Que rompam com a opressão nacional e o atraso
imposto pelo imperialismo e acabem com o
capitalismo que os joga na miséria!**

Fora o imperialismo da Coreia do Norte!

**Que os países possam decidir livremente se
querem ou não fabricar a bomba atômica, sem a
interferência americana!**

A conversão do Cruzeiro em Real

Um truque da política econômica burguesa

O governo Itamar e seu ex-ministro Fernando Henrique Cardoso vêm fazendo uma campanha no sentido de que a introdução da nova moeda real é a solução para a miséria dos trabalhadores. Dizem que, acabada a inflação, os salários ganharão poder real de compra, a economia se estabilizará, os investimentos na produção crescerão e o desemprego diminuirá. Esta propaganda pretende esconder os verdadeiros objetivos do Plano de favorecer os capitalistas e evitar que os explorados saiam em luta na defesa de suas reivindicações.

É preciso lembrar que Fernando Henrique prometeu que já na segunda fase do Plano, com a URV, a inflação cairia. O oposto ocorreu. Somente neste último mês o custo de vida, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), se elevou a 47,53%. Anteriormente, a taxa inflacionária foi de 45,56%. Os capitalistas, frente a conversão do Cruzeiro em Real, correram a suspender os preços a níveis absurdos: a carne ficou mais cara em 53,11%, o café 87,59%, o arroz 60,46%. O governo também não deixou de elevar as tarifas: a energia elétrica aumentou 60,67%.

Os assalariados, recebendo a URV em cruzeiros, simples-

mente têm sido esfolados. Todos nós sabemos que a conversão dos salários pela média em URV produziu perdas, que para algumas categorias chegaram até 37%. Agora, próximo à substituição do cruzeiro pelo Real, os industriais e supermercadistas elevaram os preços de tal forma que os salários perdem poder aquisitivo, mesmo indexados em URV. Ocorre que, enquanto os preços são aumentados constantemente e até o último momento, com os salários não acontece o mesmo. Além de tudo, o governo fará a manobra de expurgar a última semana de junho no cômputo da inflação. Ao mesmo tempo, já se prevê uma inflação de cerca de 7% em URV, sem que seja repassada aos salários. Mais uma vez prevalece a lei econômica do capitalismo que consiste em aumentar a taxa de exploração do trabalho em favor dos exploradores.

O congelamento salarial por um ano

O Plano FHC prevê que os salários não poderão ser reajustados durante um ano. Entretanto, o Real já nasce inflacionado. E tudo indica que a alta dos preços continuará, ainda que não tão alta quanto a inflação anterior. Os preços não estão congelados, estão livres para qualquer aumento. Mas, pela lei, os salários ficam congelados por longos 12 meses.

Os capitalistas pulam de alegria com esta medida. Os preços foram elevados às alturas antes do Real e os salários rebaixados. De agora em diante, os preços continuam livres e os salários congelados. Este é o melhor dos mundos para a tranquila exploração da maioria trabalhadora. Com seu Plano, o governo pretende congelar a luta de classes pelo menos por um ano, enquanto que os assalariados padecem na miséria.

O salário mínimo de fome

Para que o Plano fosse aprovado no Congresso, foi feito um acordo de que o governo teria três meses para apresentar um projeto de elevação do salário mínimo, fixado em

64,79 URVs em 1º de março. Venceu o prazo e o ministro Rubens Ricúpero declarou que não haverá reajuste algum, alegando que o Congresso não fez as mudanças constitucionais, que separassem os salários das empresas privadas das estatais (funcionários públicos). Vemos que o malfadado acordo era uma armadilha montada por Itamar. Pretendia-se que a Revisão Constitucional desprotegesse completamente os funcionários públicos e os milhões de aposentados. O governo aceita reajustar em algumas migalhas o salário mínimo pago pelas empresas privadas, mas não admite nada para os funcionários e aposentados.

Os trabalhadores devem acordar para estas manobras. O salário mínimo de 64,79 é um dos mais baixos de sua história. É responsável por aumentar a miséria de 20 milhões de trabalhadores que dele dependem. Sem considerar que 70% dos que trabalham recebem até 3 salários mínimos, valor que não equivale sequer a um salário mínimo real, que deveria ser de 550 dólares.

A lei antitruste

O presidente Itamar reclama dos grandes conglomerados econômicos, porque estes elevam os preços artificialmente. Reclamou do dono do Pão de Açúcar, Abílio Diniz, porque este anunciou prematuramente que os supermercados deveriam reajustar os preços na última semana de junho. Da mesma forma, ameaçou o presidente da Associação dos Supermercados. Os detentores do capital comercial, por sua vez, reclamaram dos industriais, que lhes vendem as mercadorias com preços elevados. Esta briga no seio da burguesia ocorre porque os capitalistas querem se aproveitar da situação para melhor lucrarem. E o governo objetiva com o Plano controlar a inflação que se tornou um desestabilizador político.

As massas assistem tudo isso com desconfianças e nojo. Itamar para ganhar simpatia dos explorados fala grosso, propondo uma lei antitruste, que aparentemente lhe



daria poderes para controlar os monopólios. A luta interburguesa existe, inclusive o choque entre o governo geral da burguesia com algumas de suas frações. Agora, a lei antitruste é uma farsa. Não é o governo que comanda o poder econômico, mas é este que comanda o governo. Não devemos nos iludir com mais uma das manobras dos exploradores.

Unir os explorados contra o Plano antipopular

Inúmeras greves têm ocorrido contra a expropriação salarial do Plano FHC. Esta é a atitude correta a ser tomada. Entretanto, greves isoladas e corporativistas não derubam a política econômica antipopular e antinacional do governo. A responsabilidade da divisão dos movimentos é da burocracia sindical, que de fato sustentam o Plano FHC, embora o xinguem muito. Ou os trabalhadores se unem para pôr abaixo as medidas capitalistas, ou

mergulharão mais ainda na pobreza. Devemos rechaçar o congelamento por um ano dos reajustes salariais.

No capitalismo, somos escravos dos exploradores. Admitir o congelamento dos salários é aceitar a escravidão sem luta. A burocracia sindical tem muito a ganhar com o silêncio. Os patrões a parabenizam por amordaçarem os instrumentos de luta da classe operária. A vanguarda consciente se rebela contra o congelamento do governo e a colaboração da burocracia com os escravizadores do povo. Abaixo o congelamento dos salários! Pela reposição de todas as perdas!

Estas devem ser nossas palavras de ordem. Não admitimos um salário mínimo de 64,79 URVs, nem um reajuste de esmola. Nossa reivindicação é de salário mínimo real, 550 dólares. Repudiamos o argumento de que os capitalistas não podem pagar e de que o governo quebraria. O que está em jogo é a

vida de milhões de trabalhadores. Frente à demagogia da lei antitruste, nossa resposta é a de que estes devem passar para o controle operário da produção. Cabe aos sindicatos e a militância consciente trabalharem pela formação dos comitês de fábrica, organizados e centralizados numa rede de controle operário da produção.

Nosso objetivo é criar as condições para expropriar pela revolução proletária a propriedade monopolista dos meios de produção, que transformam os trabalhadores em indigentes. Lutamos contra o Plano FHC com a estratégia da conquista de um governo operário e camponês.

Nacional

Lula e o Plano FHC

O candidato do PT, Lula, perguntado qual a sua posição sobre o Plano FHC, caso fosse eleito, respondeu que daria continuidade aos pontos positivos e rejeitaria os negativos. Esta resposta não nos causa surpresa. O PT no Congresso apenas fez demagogia. De fato, colaborou para sua aprovação. A burocracia sindical da CUT, pertencente à cúpula dirigente do PT, tem bloqueado a unidade da luta dos trabalhadores, favorecendo a implantação das medidas antipopulares. Um Plano nascido do ventre

da burguesia não pode ter nada de positivo a favor dos oprimidos. A declaração de Lula é mais uma prova de sua disposição de governar o Estado a serviço dos exploradores.

Abaixo o Plano FHC! Abaixo as candidaturas burguesas! E não nos enganemos com as mentiras de Lula e os lacaios reformistas! Abaixo a candidatura da mentira! Por um governo operário e camponês, saído da revolução proletária! Voto nulo nas eleições, contra a farsa política e a fome.



Escolas particulares vencem e mantêm mensalidades altas

O governo decretou uma medida provisória para conversão das mensalidades escolares em URV. Pela medida, as mensalidades cairiam para cerca de 50% do seu valor atual. A medida tinha caráter demagógico, para ganhar apoio da classe média ao plano Real. Mas as escolas endureceram e partiram para o locaute (greve patronal). Resultado: o governo recuou e agora vai manter o processo de conversão que tinha inicialmente anunciado: pela média dos últimos quatro meses, assim como os salários. Qual a dife-

rença? Os salários foram convertidos em março, pela média. As mensalidades, desde que foi anunciado o plano, aumentaram muito mais que a inflação. As escolas puderam se preparar para a conversão e fixaram o valor da mesma onde bem entenderam. Os prejudicados foram os alunos e pais, que terão de pagar em média entre 200 e 300 Reais por mês.

A medida provisória é parte do plano econômico. O plano é antinacional e antipopular. Trata-se de combatê-lo e pô-lo abaixo. Por isso não cabe ficar fazendo remendos num plano

de entrega nacional e arrocho salarial. A UNE errou ao apoiar a medida provisória, que certamente era apenas demagogia de Itamar, voltada à classe média. Isto ocorreu porque sua direção faz a política palaciana de aproximação da UNE com o governo da burguesia.

O caminho para enfrentar os parasitas da educação é o da luta pelo ensino público e gratuito para todos, o que implica em lutar pela estatização de toda a rede escolar privada. Defendamos o fim do ensino privado e o direito à educação para todos!

Aprovada demagógica lei antitruste

O Congresso aprovou uma nova legislação antitruste. Trata-se de uma demagogia eleitoral que o governo Itamar lança com fins eleitorais.

A nova legislação diz que as empresas que aumentarem preços terão que se justificar num prazo de 10 dias. Antes, só teriam que se justificar se o aumento de preços resultasse num aumento da margem de lucro. Como nunca se podia comprovar o aumento dos lucros, nunca acontecia nada com as empresas. Agora, aparentemente as empresas estão em condições mais vulneráveis. Mas a verdade é que só precisam apresentar uma justificativa for-

mal e tudo bem, nada acontece.

Se antes só instituições governamentais podiam processar quem aumentava preços abusivamente, agora qualquer cidadão pode fazê-lo. Mas o julgamento depende da reestruturação do Conselho de Preços e do Ministério Público, sujeito às pressões dos empresários.

As multas fixadas são ridículas: 2 mil dólares para um grupo como o Pão de Açúcar ou o Sendas é uma piada.

O limite de mercado fixado em 30% para uma única empresa é apenas formal. Nos Estados Unidos, onde existe uma legislação que inspirou a brasileira a respeito, a AT&T já conseguiu autorização para avançar além dos limites legais e a IBM está em vias de conseguir o mesmo. No Brasil, tudo indica que será ainda mais fácil aos monopólios ultrapassarem esses limites.

A legislação aprovada não muda essencialmente nada na relação do governo com os cartéis. Trata-se

apenas de um engodo para apresentar às massas, sufocadas pela ascensão desenfreada dos preços e cobrando do governo uma atitude.

Os monopólios são uma característica da fase atual do capitalismo. No imperialismo, predominam os monopólios, oligopólios e cartéis. A concentração de riqueza e mercado leva à formação de monopólios e extinção da concorrência. Os monopólios, associados ao capital bancário, controlam a economia e impõem os preços e as taxas de juros. Não existe governo que consiga controlá-los, porque o contrário acontece: os monopólios controlam os governos.

A única maneira de lutar contra os monopólios é exigir sua estatização sob controle operário. A exigência de abertura de livros caixa e o controle operário abrem caminho para isso. A luta contra os monopólios depende da classe operária se levantar contra a burguesia e lutar pelo controle da produção.

Nacional



Eleições - 94

Voto Nulo contra a farsa e a miséria

Nem os partidos burgueses (PSDB, PMDB, PPR, PDT etc.), nem o reformismo demagógico do PT é uma alternativa dos trabalhadores nas eleições. É falso o argumento de que a candidatura de Lula é operária e que por isso devemos ajudá-la a derrotar os candidatos da burguesia.

Lula se vendeu ao patronato para poder ganhar seu consentimento de candidato confiável. Repudiamos as manobras eleitoreiras do metilúrgico vendido.

Diante dos sem-terra promete tanta terra que não mais será necessário ocupá-las; para os representantes da UDR promete respeitar os latifúndios de acordo com a Constituição ditada pela oligarquia fazendeira e o grande capital.

Nos Estados Unidos, reza a cartilha dos banqueiros; na Alemanha assegura favores ao capital estrangeiro, na África do Sul, lamenta a pobreza das favelas.

O argumento de que não apoiar Lula é apoiar

a direita não resiste aos fatos. Só os oportunistas eleitores usam desses argumentos. Entre duas variantes da política burguesa, uma mais à esquerda e outra à direita, os operários não podem vacilar em denunciar o caráter de classe burguês da disputa e se posicionar pelo voto nulo.

A ausência do partido revolucionário nos impede de lançar candidaturas próprias, para utilizar as eleições como tribuna de defesa das reivindicações das massas, do programa da revolução proletária e a ação direta dos explorados. A estratégia do governo operário e camponês não é adaptável ao eleitoralismo. É um objetivo que será alcançado com a revolução.

Companheiro trabalhador, vote nulo em defesa da independência de classe, da construção do partido operário revolucionário e da estratégia da revolução proletária.

As esquerdas perante as eleições

Não é de interesse analisarmos a posição de correntes de esquerda como O Trabalho e Democracia Socialista, que há muito tempo se integraram completamente na política democratizante e frente-populista da estratégia do governo democrático e popular. O que está em questão é o posicionamento da Convergência Socialista-PSTU e Causa Operária. Estas correntes guardam diferenças quanto ao apoio a Lula, porém na essência estão sob a mesma estratégia revisionista do governo dos trabalhadores.

Convergência-PSTU se integra na Frente Popular

O PSTU é mais lulista que o próprio PT. Bem antes do primeiro Congresso do PT, em que definitivamente se consagrou o programa burguês e de aliança tipo frente-populista, o PSTU já fazia campanha eleitoral a favor de Lula. A história dos morenistas (Convergência Socialista) está marcada profundamente por sua adaptação ao caudilhismo de burocratas que alcançam expressão popular, foi o caso do peronismo na Argentina e do Lech Walesa na Polônia. Quando se desencanta é tarde demais. O mesmo está se passando no Brasil com o exitismo eleitoreiro em torno de Lula.

A política oportunista desta corrente é cega. Só vê pela frente a imagem deformada de que Lula representa uma candidatura operária, portanto progressiva e de traços revolucionários. Se os operários estão iludidos com o reflexo dessa imagem, pensam o PSTU que os revolucionários devem segui-la. A campanha para que o PT rompa com a burguesia de nada serve, pois esta não condiciona a decisão de defesa de voto neste partido. O PT não rompe com a burguesia e o PSTU não rompe com o PT.

A gravidade desta posição não está apenas no apoio ao reformismo. O PSTU integrou-se fisicamente à Frente Popular, lançando suas candidaturas conjuntas. O programa esquerdista do PSTU se perdeu em pura formalidade. O que motiva toda sua prática no movimento dos trabalhadores é a caça ao voto para os seus candidatos e do PT. Não há manifestação, congresso sindical ou greve que o PSTU não faça como eixo de sua intervenção a campanha eleitoral de Lula.

Causa Operária: Lula é candidatura operária

Esta corrente, pretensamente trotsquista, faz uma curiosa distinção entre o PT, frente-popular e a candidatura Lula. Diz: "O apoio à candidatura Lula e o ingresso na Frente Brasil popular são duas coisas distintas. Apoiar Lula contra os candidatos burgueses é uma

coisa, apoiar sua política e integrar-se a uma Frente burguesa é outra completamente diferente". Esta é uma ginástica de Causa Operária para se diferenciar do PSTU, por se encontrarem no mesmo bloco das correntes de esquerda que apóiam tal candidatura.

Todos os fatos indicam que Lula é o pivô de constituição da Frente Popular e que já deu claros sinais de traição ao se compreender com os latifundiários, banqueiros internacionais e grandes industriais que não tocará num só fio dos interesses capitalistas. Tal candidatura não está, de fato, em confronto com a burguesia, para que fosse necessário um apoio dos revolucionários. Ao contrário, representa uma tendência de conciliação de classe num quadro de aguda decomposição da democracia burguesa, impotente frente à desagregação da economia.

O que Causa Operária esconde com esta história da candidatura antiburguesa, por isso ajudá-la a derrotar a burguesia, é de que sua ascensão tem funcionado como instrumento de quebra do ascenso grevista em todo o país. Se fosse de fato uma candidatura operária, ainda que deformada, em confronto com a burguesia, provavelmente teríamos de apoiá-la contra a reação, guardando uma posição de independência e defendendo o programa da estratégia da revolução proletária. Porém, não é isso que se passa. Na verdade, esta corrente percorre os caminhos do oportunismo para não se chocar com os setores pequeno burgueses de onde encontra as bases sociais para sua política.

O mais incrível é a maneira como Causa Operária continua jogando irresponsavelmente com a estratégia. Nas eleições de 1989, levantou a bandeira de um governo dos trabalhadores de Lula. Substituiu a estratégia programática de sua fundação, que era o governo operário e camponês, pela do governo dos trabalhadores, pressionada pelo exitismo eleitoral do reformismo petista. Agora, frente ao apoio a Lula, defende um governo das organizações operárias e camponesas. Causa Operária não explica que organizações operárias e camponesas são essas que poderiam dar origem a um governo revolucionário. Pelo que sabemos a CUT está completamente burocratizada e os sindicatos instrumentalizados por esta mesma burocracia. As organizações camponesas, sindicatos rurais e MST, estão sob o controle da Igreja, base de apoio da política do governo democrático e popular do PT.

Perguntamos por que é que Causa Operária não levanta a bandeira de um governo dos trabalhadores de Lula, como fez em 1989. Perguntamos também por que é que não se empenhou tanto para que o Congresso da

CUT apoiasse abertamente a candidatura de Lula, como fez anteriormente. Seria bom que os dirigentes de Causa Operária explicassem qual é o segredo de uma política tão volátil.

A grande farsa eleitoral

Estas correntes, obscurecidas pelo afã de crescer embalados na ilusão democrática dos explorados, não podem ver e denunciar que os trabalhadores não estarão elegendo um governo operário do PT. Estarão, sim, elegendo, enganadamente, um futuro governo de coalizão com os presentes adversários eleitorais. O PT, bem antes, lançou a bandeira de aliança com o PSDB para as eleições presidenciais. Chegou a selar um acordo com as lideranças dos tucanos de que se no plebiscito ganhasse o parlamentarismo, Lula sairia presidente e o PSDB teria o primeiro Ministro. O fracasso do plebiscito inviabilizou a tentativa de aliança PT/PSDB. O próprio Lula declarou em várias ocasiões que a união do PSDB com o PT seria imbatível logo no primeiro turno.

Neste exato momento, Pedro Simon do PMDB se colocou favorável ao PT. Em Salvador, o candidato do PSDB, Jutahy Magalhães, é francamente favorável a Lula e, por sua vez, o PT o apóia ao governo do Estado. Em outros estados, as alianças abarcam desde o PDT ao PMDB. Esta é a base material para um futuro governo de união nacional, capitaneado pela força eleitoral de Lula. Somente o oportunismo descarado dos ultraesquerdistas pode desconhecer esta possibilidade, que fraudada completamente o voto das massas.

Nacional



Realizado o 1º Congresso do PSTU

Na primeira semana de junho foi realizado o 1º Congresso do PSTU. O acontecimento coincidiu com o ponto mais alto da política eleitoral da Convergência Socialista, que fundou o PSTU com outros grupos motivados pela crise das esquerdas petistas.

Apesar das correntes aderentes à constituição do PSTU estarem sob a mesma estratégia democratizante do governo dos trabalhadores e se caracterizarem pela conduta de adaptação aos processos eleitorais, o 1º Congresso não ocorreu sem crise. Da parte da CS, vários militantes abandonaram a organização por não admitirem a sua dissolução num partido frouxo e pouco delimitado programaticamente. Os acordos nas idéias são, em grande parte, formais e aparelhistas.

Da parte de outros agrupamentos, como o ex-PFS, cisão do PLP, a dissolução também é problemática, porque significa serem absorvidos pela Convergência Socialista. Aí está a demonstração de que não há verdadeiro acordo programático. A desconfiança em participarem de um mesmo partido dissolvendo suas organizações é a prova do ajustamento oportunista, inaceitável como método para constituir um partido revolucionário.

Um dos debates mais acirrados se deu em torno dos estatutos. A Convergência Socialista majoritária transferiu para o PSTU seus traços burocráticos e estalinistas em matéria organizativa, materializando no estatuto a obrigatoriedade de dissolução das tendências e fração após o Congresso. Este ponto contraria o centralismo democrático, regime leninista de partido, que assegura o direito de tendência e frações antes e posterior ao Congresso.

É uma excrescência supor que as tendências se formam em período de Congresso e desaparecem depois da decisão majoritária. Não, as divergências quanto à orientação na luta de classes é que dão lugar à formação de

tendências. O Congresso é o momento em que o partido discute tais divergências e vota posições, para assim determinar a linha para o próximo período. Ora, a centralização da minoria às decisões soberanas do Congresso não significa dissolver as tendências por decreto.

O problema da divergência do PFS e outros grupos é que não se colocaram verdadeiramente em defesa do caráter leninista do partido, que não se atém ao centralismo democrático, mas vai até a estrutura celular e de funcionamento de todo o partido. A luta em torno deste ponto tão central ocorreu por motivos aparelhistas. As correntes minoritárias não pretendem se dissolver, justamente porque não estão sob um mesmo programa internacionalista.

As relações que os une não é o programa, mas sim a conjuntura eleitoral e de crise das esquerdas. Por essa via, o PSTU entrará num beco sem saída. Deverá haver expurgo forçosamente. A vanguarda deve se alertar para esta experiência do centrismo oportunista e se colocar pela construção do partido operário revolucionário, partido da IV Internacional.

O sucateamento da Saúde

Nestes últimos meses, o ministro da saúde Henrique Santilho vem mostrando o sucateamento que o governo impôs aos hospitais do SUS. Nesta semana, com a dengue que Ciro Gomes contraiu, ficou demonstrado a epidemia que se alastra no Nordeste com mais de 300 mortes e já não escapa nem os burgueses. Isto foi um passo para o ministro sair falando do sucateamento, do descalço em que o governo vem tratando a saúde pública, que este é responsável pelas mortes de crianças por falta de remédios nos postos de saúde.

O mesmo ministro, que diz não haver dinheiro para evitar e combater as epidemias e endemias, retira dos cofres públicos 70 bilhões de dólares para os patrones dos hospitais privados e até dia 30/06 retira mais 700 milhões. Tudo isto diante do sucateamento reconhecido pelo pró-

prio governo.

Por que o governo reconhece o sucateamento da saúde pública?

Certamente é para poder adiantar a privatização que já está em andamento. O governo tenta a todo custo convencer os trabalhadores e a população em geral que o Estado é incapaz de gerenciar a saúde e por isso a necessidade deste se livrar dos postos, hospitais e do controle das doenças.

O Estado burguês, principalmente no seu período de total podridão, na fase imperialista, é incapaz de gerenciar os serviços sociais. Este é obrigado a responder as pressões dos convênios médicos e dos laboratórios, ambos sobre domínio do capital imperialista.

Os trabalhadores necessitam travar uma luta contra a privatização e a terceirização da saúde. Somente o programa operário poderá defender a saúde pública e gratuita, colocando nas mãos dos trabalhadores e usuários o seu controle.

Um exemplo de terceirização.

Paulo Maluf em São Paulo tem acelerado processo de terceirização começando pelo hospital de Campo Limpo (que custou aos cofres públicos 60 milhões de dólares), que será entregue à Associação Paulista de Medicina que administrará este sem nenhum gasto para seus bolsos, um verdadeiro "negó-

cio da China".

Mas não parará aí, já está em processo a terceirização o hospital da Vila Maria e seguirá com a Santa Casa e o Pronto Socorro do Jaçanã. O prefeito coloca na prática o plano da privatização que vem sendo orientado desde o governo Itamar pelo FMI. (Fundo Monetário Internacional).

O movimento de saúde vê como avança o processo de terceirização, de privatização da saúde pública, mas esbarra, infelizmente, na orientação reformista dos petistas, que estão na direção do movimento. Estes afirmam que a terceirização e o sucateamento da saúde acontecem pela falta de discussão dos governos com o movimento, que existe falta de democratização etc. Esta ilusão leva o movimento a reivindicar a descentralização (municipalização). E democratização viria com a participação (apenas nas discussões) com os conselhos populares e gestores através da pressão parlamentar e da defesa de candidatos que se colocassem por esses objetivos.

Cabe ao movimento refletir sobre estas questões, rediscutir a orientação neoliberal da destruição dos serviços sociais e construir uma nova política para o movimento com base no programa operário de defesa de um sistema único de saúde pública, na autonomia total dos conselhos populares para gerir os fundos aplicados e na centralização com controle operário.



Fortaleza e seus 313 núcleos de miséria

Segundo o IBGE (dados de 1991) a população favelada de Fortaleza é representada 30,4% da população total. Em termos percentuais este é o 3º pior índice do país. Recife e Belém têm ainda mais favelados que Fortaleza.

A Secretaria de Ação Social cadastrou nos últimos meses 50 novas ocupações em Fortaleza. Do total de cadastrados, somente 4% é de pessoas procedentes do interior. A grande maioria já residia na capital e integrou-se a luta por moradia, por não poderem suportar o peso do aluguel diante do desemprego ou do arrocho salarial decorrentes da política pró-imperialista do governo.

Em levantamento feito pelo professor Assuero Ferreira, 68% das

pessoas da periferia não tinham renda para satisfazer as despesas essenciais. Assuero constata que: "(...) o modelo de desenvolvimento do Nordeste mostra que a indústria não se expandiu, a agricultura está estagnada, as epidemias avançam, cresce a prostituição infantil, o desastre educacional (telensino) e o latifúndio estão expandindo o fosso entre o rico e o pobre (...).

O POR diz que a solução da miséria crescente no Nordeste e em todo o país (e necessariamente também do mundo) partirá da ação direta dos explorados, numa luta antiimperialista e anticapitalista que destrua o latifúndio (terra aos camponeses pobres) e imponha o controle operário da produção que

garanta emprego a todos e salário que dê para viver.

Estas tarefas tão urgentes não ocorrerão com a eleição de um governo democrático e popular, que estará comprometido até a medula com os capitalistas para se eleger. Só serão viáveis se a luta dos oprimidos guiada pela política revolucionária da classe operária consegue construir um governo operário e camponês.

Nacional

Ceará - Fortaleza

Latifúndio transforma camponeses em mendigos

O centro de Fortaleza está cheio de mendigos. Qualquer cidadão pode notar que este quadro piora nos anos de seca, quando milhares de camponeses fogem deste flagelo no campo, que só se perpetua devido ao atraso agrícola.

O atraso agrícola é mantido pela concentração latifundiária das terras e pelo parasitismo financeiro que impõe altas taxas de juro à agricultura; atraso comercial: baixo preço dos produtos no campo; atraso tecnológico: o preço de máquinas agrícolas, fertilizantes defensivos e sementes selecionadas é alto para garantir grandes lucros às multinacionais.

Vítimas deste processo, os cam-

poneses chegam na cidade e enfrentam outros grandes flagelos: o desemprego e a falta de moradia. Uma grande parcela é empurrada para a marginalidade, seja através da mendicância ou da criminalidade.

Maria de Fátima Pinto, 32 anos, veio de Irauçuba em busca de melhores dias na capital, hoje é mendiga na praça José de Alencar, entrevistada no jornal O POVO de 9/6/94, diz: "No interior, quando o inverno é bom, dá pra passar. Mas na Capital". Como Maria declarou, a falta de uma terra para plantar, um "canto seu", é um dos fatores que determina o deslocamento dos camponeses para os grandes cen-

tros urbanos.

Cada camponês empurrado para a mendicância ou criminalidade expressa a necessidade política de uma revolução agrária em nosso país que liquide com o latifúndio e isto só poderá se dar através da ação direta e violenta das massas. A alternativa é continuar a empurrar camponeses para a violência urbana (criminalidade) como vemos hoje.



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Ataque neoliberal à saúde favorece aumento de dengue no Ceará

Segundo o jornal O POVO, de 10/6/94, Fortaleza tem oficialmente confirmados 3215 casos de dengue, mas o próprio governo admite que existem mais casos não notificados porque são muitas as pessoas que contraem a doença e não vão aos postos de saúde. Esse mesmo jornal informa que a FNS está sem condições de atender os pedidos de borrifação e que a

população reclama da falta de periodicidade do carro mata-mosquito da dengue.

Isso demonstra que o Ceará está realmente entregue às baratas e também ao mosquito da dengue. Cabe aos trabalhadores lutar por mais verbas para a saúde pública, melhores condições de salário e de vida.

Extraído do boletim da Corrente Proletária - 20 de junho de 1994

Lançado boletim Ação Direta

A Corrente Revolucionária da Juventude publicou o primeiro número de seu boletim Ação Direta. O material traz uma avaliação do XIII Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia, uma crítica programática ao telensino, que está sendo utilizado pelo governo cearense para reduzir seus custos na área da educação, e um balanço da atual gestão do DCE da UECE, às vésperas da realização do VI Congresso da entidade. O material pode ser adquirido com o distribuidor deste jornal.

Lançado bônus para financiamento do IV Congresso da TPOR

Fortaleza

Os companheiros do POR do Ceará confeccionaram um bônus para fazer campanha financeira para o IV Congresso. A importância da atitude está na defesa da independência financeira da corrente revolucionária, base material para manter a independência política. Uma corrente proletária depende da contribuição voluntária e consciente dos trabalhadores e de seus militantes para manter suas atividades e publicações. Qualquer outro tipo de conduta para o financiamento leva a desvios políticos que vão corroendo a linha política e levam as correntes à degeneração burocrática.

A contribuição para a realização do IV Congresso consiste num apoio à idéia de que os trabalhadores devem sustentar suas organizações e publicações independentemente da burguesia.

Telensino - A educação cada vez mais distante dos assalariados

O telensino tem sido utilizado amplamente nas escolas públicas do Ceará. Os alunos assistem às aulas gravadas. Não têm como fazer qualquer revisão das aulas e não podem faltar, senão perdem o conteúdo. Os professores são rebaixados à condição de tiradores de dúvidas, mas é evidente que têm enormes dificuldades. Afinal, como pode um professor de uma disciplina ser capaz de esclarecer todo o conjunto de disciplinas de todas as áreas?

O governo cearense procura utilizar-se do telensino para reduzir seus custos com a educação. Com poucos professores, pretende atingir o máximo de alunos através do telensino. A aprendizagem pouco lhe importa.

Transcrevemos abaixo trecho do panfleto da Corrente Proletária na Educação contra a destruição do ensino via telensino:

"O telensino tem causado grande índice de evasão, repetência e reduz a necessidade de professores nas escolas, o que resulta na não contratação de novos professores e cria condições para demissões em massa dos atuais, pois estes são substituídos por orientadores poliva-

lentes deteriorando ainda mais a já péssima qualidade de ensino.

A burguesia sabe perfeitamente do crime que está cometendo contra a população distanciando-a da educação. Tanto é que não defende o telensino para as escolas particulares onde os filhos dos grandes empresários estudam.

Defendemos que a TV deve servir como um recurso utilizado na educação e não como forma de robotizar os jovens e crianças.

Denunciamos a política criminoso do governo Ciro no Ceará bem como da TVC controlada pelo PSDB que hoje serve de palanque para os seus interesses eleitorais contra a população.

O XIII Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia aprovou um plano de luta em defesa da educação e contra o sistema de ensino à distância. Paralisação de todas as escolas e universidades com estudantes, professores e pais de alunos e todos os oprimidos contra a destruição do ensino e em defesa da educação.

Abaixo o telensino, em defesa do ensino público, gratuito, autônomo, de qualidade e para todos!"



A Luta do funcionalismo municipal- SP

O panfleto abaixo foi divulgado na manifestação do funcionalismo municipal, realizada no dia 23. O objetivo do ato era a defesa da reposição salarial e a denúncia do governo malufista, que vem terceirizando os serviços públicos. Da Câmara Municipal os funcionários foram em passeata até o palácio das indústrias, pressionar diretamente o prefeito.

O grande número de funcionários é a prova do descontentamento crescente na classe. Há que preparar a greve. O que vem acontecendo é que todos esses atos acabam se transformando num palco eleitoral, a serviço das candidaturas petistas. É hora de organizar os trabalhadores para derrotar o arrocho salarial, agravado com o Plano FHC. O eleitoralismo só serve para anular a luta direta do conjunto dos assalariados. Nos opomos ao eleitoralismo defendendo as reivindicações das massas oprimidas, através da ação direta.

Para vencer, é preciso a unidade dos trabalhadores

Estamos próximos da última fase do Plano Fernando H. Cardoso. O cruzeiro virará Real. E qual tem sido o resultado para os assalariados? Rebaixamento geral do poder aquisitivo e aumento do desemprego. A nova moeda virá protegendo a alta lucratividade dos capitalistas e a especulação financeira. Os salários e empregos são sacrificados. Os trabalhadores do setor público não só não foram poupados como receberam o mais violento choque. Sequer foram enquadrados no mecanismo da URV, que mesmo assim espoliou parte dos ganhos. Maluf e Fleury aproveitaram-se da situação para desfechar golpes nos funcionários.

Formar os comitês contra a repressão e opressão social

O assassinato de dois militantes do PSTU, em São Carlos, e dois de PT no Rio não é um fato isolado. No campo, tem havido assassinatos constantes de sem-terra. As ameaças ao sem-terra, como em Itaquaquecetuba, tornou-se fato comum. Trata-se do terrorismo da direita capitalista. A violência reacionária é a forma que os ricos proprietários têm para impor a escravização dos trabalhadores. Estes atentados bárbaros são de responsabilidade do governo e da polícia. Sem dúvida, os assassinatos de José Luiz e Rosa permanecerão na sombra da impunidade se não sairmos às ruas e organizarmos os Tribu-

Além disso, este crápula do Maluf vem trabalhando intensamente pela privatização dos serviços públicos, que vão da CMTC, hospitais, até creches. O ensino municipal não escapa da política malufista. O rebaixamento salarial é o ponto de partida para o sucateamento. Assim tem feito o governo do estado, Fleury. Um passo para a privatização no âmbito municipal é o convênio com empresas para sustentar o ensino profissionalizante. É desta forma que se vai impondo a mercantilização do ensino.

Acabamos de presenciar a greve demais de 30 dias dos professores e funcionários das Universidades estaduais, por um mísero 37%. A resposta foi intransigência e repressão. É assim que o capitalismo em crise destrói as condições de trabalho e os serviços mais elementares, como o ensino público. Todos esses governantes burgueses estão empenhados em aplicar o Plano FHC, que privatiza, abre o mercado para as multinacionais, acaba com a Previdência Social e com a estabilidade do funcionalismo.

Eis porque não aceitamos os argumentos reformistas do PT que há pontos negativos e positivos no Plano. É preciso derrubá-lo integralmente, unindo todos os trabalhadores numa só luta. É a burocracia sindical que divide os funcionários municipais, estaduais, federais etc. Ao contrário da divisão, é preciso um movimento de massa para derrotar a política de fome e miséria, de Maluf, Fleury, Itamar.

nais Populares. Contra estes ataques, chamamos todas as forças do movimento operário e popular a formarem os comitês de luta contra a repressão e a opressão social.

Pelo fim dos assassinatos dos lutadores!

Pão, terra e trabalho aos trabalhadores!

Pelo fim do regime capitalista que explora e esmaga a maioria!

Governo facilita débitos de latifundiários

Ao mesmo tempo em que milhões de trabalhadores rurais sem terra travam a luta pela sobrevivência, o governo pró-imperialista de Itamar favorece os latifundiários no que diz respeito ao seu enorme endividamento com o Estado. Desta vez o ministro Ricúpero autorizou que os débitos vencidos de milhões de dólares até 31 de dezembro de 1992 poderão ser renegociados em até 12 anos, com dois anos de carência. As ações judiciais e cobranças serão suspensas por 90 dias se os latifundiários se disporem a negociar. Além disso, os vencimentos das dívidas referentes à diferença entre os preços mínimos dos produtos agrícolas e os débitos bancários foram prorrogados até 15 de dezembro de 1994.

Como vemos, a oligarquia latifundiária se locuple-

tam com o dinheiro público, lucram violentamente e depois não pagam as dívidas. Se fossem os camponeses pobres, o governo já teria hipotecado e tomado suas terras. Enquanto os senhores das terras têm todo acesso aos financiamentos, os pequenos e médios produtores ficam com as migalhas. A bancada ruralista dirigida pela UDR mostrou que manda no Congresso e no governo. É uma tarefa da revolução liquidar com os latifúndios e com o governo capitalista, única forma dos camponeses pobres terem as terras para trabalhar e se acabar com a violência no campo.

Denúncia



Congresso Estadual da Apeoesp

Nos dias 23 a 26 de agosto se realiza na cidade de Araçatuba o Congresso Sindical e Educacional da Apeoesp. A Corrente Proletária na Educação está empenhada na eleição dos delegados e na discussão da tese. Embora tenha se colocado contrária à taxa de inscrição (15 URVs), que é elevada para a maioria do professorado, e defendido contra a contratação de empresa e hotéis, a posição diretoria foi vencedora. A diretoria pretende seguir o exemplo dos congressos da CUT, onde uma empresa é responsável desde a inscrição até a dis-

tribuição em hotéis. Esse é um ponto que devemos debater e tomar medidas nesse Congresso.

O Congresso se dá no quadro de profunda crise econômica, marcado pela implantação do Plano Neoliberal do governo Itamar e que necessita de uma resposta de conjunto dos explorados. É tarefa essencial aprovar um plano de luta que possa pôr abaixo as medidas antinacionais e antipopulares. Sem dúvida esse Congresso está destinado a apoiar o programa de conciliação de classe da Frente Popular, através da candidatura Lula. As correntes que expressam essa política, que vai da Articulação ao PSTU, serão obstáculo para que o Congresso cumpra sua função de aprovar um plano de reivindicações e mobilização em defesa do ensino público e gratuito.

O setor classista do Congresso

deve rechaçar o eleitoralismo e constituir uma fração revolucionária no seu interior para materializar o plano de lutas. A independência dos sindicatos vem sendo golpeada com a política da Articulação de submetê-los à democracia burguesa, ou seja, as decisões do Parlamento corrompido. A fração revolucionária tem o dever de se colocar intransigentemente por sua independência diante da investida do reformismo em transformar os organismos sindicais em instrumentos da politicagem reformista e de colaboração.

A Corrente Proletária na Educação participa do Congresso com a tese "Educação em Luta" e chama os professores delegados para debatê-la. Participemos do Congresso de forma massiva! Tiremos delegados em todas as escolas!

Educação

A Farsa nas Eleições do Sindicato Têxtil.

As eleições no sindicato têxtil ocorreram de forma relâmpago. A chamada para a inscrição da chapa, o pelego não colocou em lugar nenhum, para que a categoria não ficasse sabendo. Apenas anunciou o final do prazo de inscrição, já no dia, faltando praticamente 3 meses para a eleição. Com a chapa apenas da diretoria, não fez campanha e foi um dia antes para dizer que haveria eleições.

Os operários nas fábricas foram votar sobre protestos ou não foram.

O processo eleitoral é todo feito de maneira escondida, porque o pelego precisa se salvar, manter seu emprego.

A oposição têxtil tem consciência de sua debilidade, pois, se não fosse assim, estaria dirigindo os operários têxteis para arrancar o sindicato das mãos dos pelegos. Em parte, isto se dá pelas dificuldades que os patrões e os pelegos impõem dedurando os operários que se manifestam contrários às suas idéias.

Os operários têxteis terão de se organizar mesmo enfrentando as dificuldades. Terão de formar comissões de fábricas clandestinas, reestruturar o programa de luta para a categoria para tirarem os pelegos do sindicato.

média implementando assim mais um arrocho salarial. Mas os patrões dos supermercados, de laboratórios de remédios, convênios de saúde e o próprio governo continuaram aumentando os preços como bem quiseram (basta vermos o aumento da gasolina frequentemente). Para os trabalhadores, resta a luta contra o plano de FHC, que está nos tirando o salário, a saúde etc.

Nas fábricas têxteis, existe um grande descontentamento com a miséria que os patrões nos pagam. Várias fábricas fizeram greve e estão fazendo para aumentar o salário. A Vicunha II parou nove dias, a Santa Branca nestes últimos dias fez também sua paralisação, mas as suas conquistas têm sido muito pouco e todas têm sido levadas a julgamento. Esta situação se dá pelo isolamento (greve de fábrica) em que a direção do sindicato coloca a luta.

Os patrões estão se unindo para arrochar os salários. Os trabalhadores precisam se unir também para não permitir que os pelegos reivindiquem apenas miséria.

Que o sindicato convoque assembléia para que esta possa aprovar um plano de luta com unidade da classe para arrancar melhores salários.

A luta contra o Plano FHC.

O Plano FHC congelou os salários pela



Movimento Operário

59 ANOS DA FUNDAÇÃO DO POR DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Foi fundado no Congresso de Córdoba em junho de 1935, como seção da Oposição de Esquerda, que em 1938 se transformou na IV Internacional.

Atualmente forma parte do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, que terá seu primeiro congresso em julho, do presente ano, na Bolívia.

No início dos anos 40 penetrou no movimento operário, fato que se expressou na aprovação da Teses de Pulacayo em 1946.

Este documento, eixo da mobilização dos explorados bolivianos, que coloca a independência política frente a burguesia, a revolução e ditadura proletárias, a aliança operário-camponesa, a ação direta, e significa um salto na evolução da consciência de classe.

Sua atuação foi decisiva nos primeiros momentos de estruturação da COB, que desenvolveu a oposição revolucio-

nária ao governo nacionalista do MNR. Formou sindicatos clandestinos durante a repressão fascista de Barrientos, impulsionou a estruturação da Assembléia Popular, órgão de poder operário e jogou um importante papel ajudando as massas a superar as ilusões democráticas.

Atualmente, encarna a rebelião da nação oprimida contra o governo movimentista neoliberal e entreguista ao imperialismo colonialista. É a reserva moral dos explorados e o partido que em seu programa mantém no alto as bandeiras da revolução e ditadura proletárias contra o reformismo e o revisionismo.

(Extraído do Jornal Massas 1411 - Órgão Central do Partido Operário Boliviano)

Balanço do Congresso da COB:

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA VITÓRIA DOS EXPLORADOS AS MASSAS AFIRMARAM SUA POSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Ao longo do congresso (deformado pela pressão governamental e pelos aparatos de dirigentes burocratizados) se formou com nitidez a posição revolucionária dos explorados e oprimidos, já posta em evidência no último conflito social.

É necessário dizer com clareza que é a política revolucionária do proletariado a que guia as grandes massas e com nitidez se orienta a derrotar a classe dominante, o imperialismo e o governo burguês de turno, repudia o conjunto de sua política e se orienta com nitidez para uma nova ordem social.

Não temos porque negar que essa afirmação da linha revolucionária potencia os militantes poristas, que estão imersos no seio das massas, como os dirigentes das grandes batalhas que leva o povo buscando sua libertação.

As discussões do congresso de Tarija fixaram com clareza o eixo orientador das lutas imediatas que se desencadearam: o objetivo é sepultar a ordem social imperante e os métodos de luta têm que ser expressões da ação direta das massas.

LUTA DE CLASSES, NÃO COLABORACIONISMO

As tendências revolucionárias têm posto em evidência que corresponde potenciar a luta de classes, que ao se generalizar se transforma em política, em política revolucionária, em luta entre burguesia e proletariado. Os de baixo têm que erguer o estandarte da luta política contra o governo vendepátria, corrupto e submisso ao imperialismo, buscando derrotá-lo e não colaborar com ele.

Há que combater com firmeza contra todo desvio colaboracionista. Não se deve inclinar-se em favor do mal menor e tampouco aceitar o marco das proposições oficiais, buscando introduzir alguns remendos. Esta atitude é traidora e claudicante, busca perpetuar a ordem social burguesa.

Somos soldados da luta de classes e sabemos perfeitamente, porque assim demonstram a história e a teoria marxista, que nesta sociedade opressora o choque entre burguesia e proletariado conduz à revolução e ditadura da classe operária.

Nosso objetivo é inconfundível, para serem livres, os explorados têm que autogovernar-se e romper os elos do imperialismo, sepultando seus serventes nativos.

Conhecemos a vitória pelo caminho insurrecional e não pelo parlamentarismo ou legalismo. Não há lugar para a colaboração das classes sociais, porque estas têm interesses materiais diferentes e excludentes. Colaborar com o governo ou com os patrões significa trabalhar para que se eternize a exploração e opressão dos trabalhadores, dos pobres, das nacionalidades nativas, já atualmente subjugadas.

EM QUE CONSISTIU A VITÓRIA DO OFICIALISMO E DO REFORMISMO?

O traidor e Lacaio Sala chega à direção cobista graças ao dinheiro estatal

No debate ideológico, nós bolivianos demonstramos com nitidez o que buscamos, mas não podemos (como tão pouco foi possível nas ruas no último conflito social) impedir que as camarilhas de burocratas traidores, pagos pelo governo, ganhassem manhosamente a direção da COB. O ministro do Trabalho e inclusive um grupo considerável do Ministério do Governo decretaram, com ajuda de uma forte colocação de dinheiro, a captura do Comitê Executivo da COB, com a esperança de que dessa maneira Goni e os empresários poderiam manejar as massas, a fim de impor sua política antinacional.

A perspectiva que se abre para os trabalhadores é clara. As massas ganharam as ruas e as estradas, buscando impor seus objetivos mediante a ação direta. A burocracia sindical, que se tem apoderado da direção da COB, se oporá por todos os meios à luta das bases, o que determinará o choque com a maioria nacional.

O ocorrido até agora ensina que os congressos cobistas controlados pelos aparatos burocráticos e pelo governo carecem de capacidade para acabar com as más direções. As bases sabem que têm que ser na batalha onde se poderá derrotar os lacaios da burguesia e do governo. Temos a certeza que assim se sucederá.

Nos encontramos frente a uma direção conformada basicamente pelo bloco MNR-UCS-MBL, diretamente sustentado pelo ASD.

(Extraído do Jornal Massas nº 1412 - Órgão Central do Partido Operário Boliviano)

Internacional



Carnificina africana impulsiona rapina imperialista

O capitalismo foi exportado por meia dúzia de países para todo o planeta. Na sua fase atual, imperialista, dividiu o mundo em sete grandes países ricos e centenas de outros atrasados, na sua grande maioria miserável. Na África, o atraso é tanto que a fome é a principal condição de vida da maioria da população. As tribos nativas têm sofrido há séculos com o atraso imposto pelo domínio imposto pelos países imperialistas da Europa sobre o continente. Sufocadas pelo atraso e movidas pela fome, as tribos chegam a matarem umas às outras para sobreviverem.

O caso de Ruanda

chama a atenção da imprensa mundial agora, quando centenas de milhares de corpos de tutsis mortos descem rio abaixo na fronteira com o Burundi. Mas a luta entre as tribos tem séculos e as chacinas ocorrem há décadas, impulsionadas pelas potências européias (ver quadro abaixo). Só se fala agora no assunto para se ganhar apoio internacional para uma intervenção militar imperialista sobre o país.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou o envio de tropas, principalmente francesas ao país africano, sob o argumento de que instalariam ali a paz. Os tutsis já conhecem o tipo de ajuda à francesa: em 1973 os franceses ajudaram os hutus a darem um golpe militar no país e massacraram tutsis. A Frente Patriótica de Ruanda já avisou que encara a "ajuda" francesa como um ataque inimigo a serviço hutu.

Os campos de refugados em paí-

ses vizinhos agrupam tutsis e hutus. Centenas de milhares de pessoas vivem amontoadas como em um campo de concentração. Assassinos e vítimas convivem à espera do pior. Cenas de massacres tornam-se rotina.

O capitalismo em sua fase atual vai concentrando cada vez mais a riqueza e expandindo a miséria. Nações inteiras são jogadas ao extermínio pela fome, doenças ou massacres. A intervenção do imperialismo tem sido um fator de agravamento dessas condições. Para os africanos, está colocada a luta contra a opressão imperialista que mantém os países em atraso total. Para os explorados do mundo todo, coloca-se a luta solidária com os famintos africanos, contra o imperialismo e pelo fim do capitalismo que empurra a humanidade para a barbárie mais sangrenta.

Internacional

Uma história de Guerra Civil

A divisão dos habitantes de Ruanda em tutsis e hutus vem do século XV. Os hutus eram os habitantes primitivos. Tinham porte físico menor, mais atarracado. Os tutsis primitivos vieram do Egito, são mais altos e esguios. Durante séculos a classe dominante em Ruanda era constituída predominantemente pelos tutsis. Formavam uma espécie de aristocracia feudal pecuarista, enquanto os hutus eram predominantemente lavradores po-

bres. As duas tribos falam a mesma língua, habitam a mesma região, têm a mesma religião e frequentemente fazem casamentos mistos. Um hutu rico podia tornar-se um tutsi através de uma cerimônia.

No final do século XIX os alemães assumiram o controle do país. Utilizavam-se do domínio tutsi para manter a opressão nacional sobre as tribos. Depois da Segunda Guerra Mundial, a região passou a ser controlada pela Bélgica, mas os tutsis ainda exerciam formalmente o poder.

Na década de 50, os intelectuais tutsi começaram a pedir independência. Os belgas passaram a apoiar políticos hutus, que pretendiam pôr fim ao domínio tutsi. Em 1959, os hutus mataram cem mil tutsis e 200 mil fugiram do país. A

Bélgica consentiu na independência em 1962. Em seguida, os tutsis reagiram, matando 20 mil hutus.

Em 1972, no país vizinho chamado Burundi, dominado por tutsis, uma tribo hutu tentou tomar o poder e foi massacrada. Em 1973 houve golpe militar em Ruanda, e os hutus tomaram o poder, apoiados pela França. A partir de 1990, com a ajuda de Uganda, formou-se a Frente Patriótica de Ruanda tutsi, que desde então combate o governo hutu. Os acontecimentos das últimas semanas envolvem de um lado o governo hutu, sitiado pelo avanço da guerrilha rebelde e os tutsis, que controlam grande parte do país e têm sido massacrados pelo exército governista.

Comitê de Enlace se reúne em julho

Na última semana de julho se reunirão as seções do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Essa reunião terá importância diferenciada por acontecer após o levante de massa boliviano. Trata-se de um ponto que necessariamente será central na discussão, porque: a) confirma as tendências à radicalização da luta de massas na Bolívia assumindo características insurrecionais feita pelo

POR e pelo CE; b) mostra a importância do POR resolver a questão de se tornar direção física das massas bolivianas para projetar a luta no sentido da revolução proletária; c) mostrou concretamente a necessidade da ação internacional do CE.

O POR brasileiro participará do encontro e o Massas publicará suas principais discussões e resoluções.



O sindicalismo norte-americano em pedaços

Uma tendência em nível mundial está sendo implementada pela CIO: o estrangulamento da unidade sindical, com a conseqüente pulverização dos sindicatos.

Um exemplo claro desta política pode ser notada no sindicalismo norte-americano. As direções sindicais, sob o pretexto de conseguir meios mais ágeis de filiação aos seus respectivos sindicatos (note-se que a sindicalização vem caindo vertiginosamente devido a onda de desemprego, a grande apatia dos trabalhadores com relação a seus organismos burocratizados), propõem um acordo sobre as mudanças das leis trabalhistas, em troca concederiam à burguesia a eliminação das leis que impedem a formação de sindicatos organizados pela patronal nas empresas.

Antes da elaboração do National Labor Relations Act (NLRA), a lei trabalhista norte americana, há 59 anos atrás, o sindicato por empresa era uma arma segura para os patrões manterem os sindicatos da categoria afastado das fábricas.

A implementação do acordo se faria da seguinte forma: os sindicatos não apoiariam as mudanças na seção 8 (a)

(z), que proíbe a existência de organizações sindicais controladas pelas gerências, os chamados sindicatos por fábrica, em troca os sindicatos conseguiriam o direito de representar os trabalhadores sem a necessidade de se fazer o plebiscito na empresa, mas apenas com preenchimento da ficha de adesão pela maioria (hoje os sindicatos conseguem a vitória em apenas metade dos plebiscitos e isto depois de uma dura batalha judicial com a patronal).

De qualquer forma, os patrões e o governo norte americano (através da comissão Reich, criada para estudar as mudanças na legislação trabalhista), estão interessados em cassar o papel dos sindicatos como força de pressão contra os programas de modernização ou pelo menos negociar as condições em que será aplicado e para isto é essencial ter o controle de organização sindicais nas fábricas.

Nesta situação, o sindicalismo norte americano está prestes a abrir mão de seu direito de realmente representar seus membros e organizá-los ao "pé da máquina" em troca do direito de coletar mensalidades de um maior número de

pessoas.

Para nós a importância desta discussão sobre o sindicalismo norte americano está justamente no papel que desempenhará especialmente a CUT depois deste V Congresso, onde se propõe a questão dos sindicatos paralelos e que pode desembocar num piscar de olhos nos sindicatos por empresa.

A burocracia sindical no Brasil não escapa da influência da burocracia mundial representada pelos países imperialistas. A luta pelos sindicatos únicos, pela independência frente à burguesia e pela democracia proletária é estratégica. Somente a derrota da burocracia pode evitar a implantação do sindicato por empresa, ou seja, a destruição do próprio sindicato.

Internacional

Coréia à mercê da guerra

A Coréia do Norte recebe 250 mil dólares anuais da AIEA (Associação Internacional de Energia Atômica). Comprometeu-se, em troca, a aplicar o dinheiro apenas em desenvolvimento de tecnologia nuclear de fins pacíficos. Recentemente, recebeu um ultimato da AIEA para permitir uma ampla inspeção em suas instalações, porque o desativamento de uma usina pode ter dado as condições para os norte-coreanos produzirem plutônio para venda ou fabricação de bombas atômicas.

O principal interessado em conter a Coréia são os Estados Unidos. A venda de plutônio para países do bloco asiático ou a fabricação de bombas atômicas por um país tão próximo ao Japão pode modificar as relações internacionais, levando-as rapidamente ao confronto bélico generalizado.

O Japão reconhece publicamente que tem condições de fabricar a bomba, mas não o faz pelo compromisso político assumido após a derrota na Segunda Guerra Mundial. O armamento da Coréia abrirá caminho e necessidade do Japão percorrer a mesma direção. Os Estados Unidos não podem permitir o armamento do bloco asiático, que se encontra em uma situação de guerra comercial interimperialista.

As tendências de guerra são produto do desenvolvimento imperialista do capitalismo. O capitalismo necessita da constante ampliação de mercados. Como o planeta inteiro já foi dividido em áreas de influência, os países imperialistas lutam entre si para tomarem o espaço uns dos outros. Essa disputa já levou o mundo a duas guerras mundiais. Hoje as tendências de guerra se manifestam predominantemente nos países atrasados. Mas permanece a guerra comercial entre os países imperialistas, que traz consigo as tendências bélicas.

Os países imperialistas têm se utilizado nas últimas

décadas da produção e exportação de armas para contornar as tendências recessivas decorrentes das crises econômicas. A ajuda financeira que tem sido dada à própria Coréia é um exemplo disso. Mas esse instrumento encontra seu limite quando coloca a possibilidade de constituir o comprador em fabricante de armas nucleares próprias ou exportador de matéria prima para tal.

Em outras palavras, seria muito interessante economicamente aos Estados Unidos que países do oriente comprassem seus armamentos. Mas, ao mesmo tempo, os EUA não podem permitir que seus concorrentes comerciais ganhem capacidade suficiente para produção armamentista própria para não potenciar guerras sem arbitragem imperialista.

O acordo superficial firmado por Jimmy Carter em sua viagem à Coréia mostra que os EUA estão interessados em negociar para impedir a produção de plutônio ou armas da Coréia, mas manter a mesma como um cliente de tecnologia nuclear. Ou seja, manter uma relação de submissão dos nortecoreanos ao imperialismo.

Defendemos o direito de cada país decidir por si mesmo o que deve ou não produzir em termos de armamentos. Colocamo-nos contra o monopólio imperialista sobre o armamento nuclear. Defendemos a autodeterminação do povo coreano, que só pode se dar através da luta antiimperialista.



O PO argentino vira as costas para a crise boliviana

O jornal Masas argentino faz em seu último número uma crítica ao Partido Obrero pela não participação deste na campanha em defesa da luta dos explorados bolivianos durante a greve geral naquele país. Aqui no Brasil, pudemos perceber que essa conduta se refletiu na posição da corrente Causa Operária sobre a questão.

O levante de massas boliviano contra o plano neoliberal governista, que se expressou numa greve geral de quase um mês, obteve o apoio de muitas organizações partidárias, sindicais e populares no Brasil e em outros países. Mas uma atitude chamou a atenção: na Argentina, o Partido Obrero se calou sobre os acontecimentos bolivianos.

Quando estamos diante de um conflito que envolve as classes sociais em luta, solidarizamos-nos incondicionalmente com o lado que expressa os explorados, independentemente de partidos ou divergências políticas. Quando um só operário é atacado pela burguesia, estejam em perigo seus direitos ou sua vida, estaremos incondi-

cionalmente a seu favor. A isto chamamos *solidariedade de classe*.

No caso boliviano, colocava-se um conflito entre a burguesia, de um lado, e os operários, estudantes e professores e camponeses, de outro. Independentemente de qual corrente política estivesse à cabeça do movimento, este teria nosso apoio. Mas não é assim que pensa a direção do Partido Obrero na Argentina.

O movimento na Bolívia teve influência decisiva do Partido Operário Revolucionário boliviano. Seus militantes, dirigentes da federação de professores e da federação estudantil universitária, estiveram à frente dos piquetes de greve de fome dura que pressionaram a direção da Central Operária Boliviana (COB) a convocar a greve geral por tempo indeterminado. Quando iniciou-se a repressão governamental, foi a militância porista o alvo principal.

O POR boliviano vinha desde o início da década de 80 desenvolvendo uma crítica programática ao PO argentino, por este estar se afastando do trotskismo e caminhando para posições democratizantes. Foi assim quando PO acatou as imposições da legislação eleitoral burguesa para se legalizar e participar das eleições em 1982, nas suas ambições de participar em frentes eleitorais com os PC e MAS, na sua estratégia de governo dos trabalhadores a ser alcançado pela via eleitoral através de partidos frentistas tipo PT brasileiro etc.

Nesse sentido, o POR boliviano representa essa crítica programática a PO. O que não justifica de modo algum o silêncio de PO em relação aos acontecimentos bolivianos.

O POR boliviano tem enfrentado as diversas cisões revisionistas da IV Internacional e se constituído num reduto do marxismo leninismo trotskista. As correntes revisionistas (lambertismo, morenismo, mandelismo etc.) têm utilizado da tática de isolamento político do POR boliviano. Por trás desse isolamento deliberado, está uma luta surda ao redor do programa revolucionário.

CO reflete no Brasil a posição de PO

Durante os acontecimentos na Bolívia, formou-se no Brasil um comitê em defesa da luta do povo boliviano. As correntes participantes deliberaram uma série de atividades e um manifesto. Causa Operária, corrente irmã do Partido Obrero argentino, compareceu à reunião. Mas, apesar de estar presente à discussão do conteúdo do panfleto (reivindicava imediata liberdade dos presos e fim da repressão), não se dispôs a assinar o manifesto e chegou a não comparecer à reunião para aprovação final do mesmo. O militante de CO presente afirmou que levaria a questão à discussão de sua direção, que tomaria uma decisão a respeito.

CO refletiu no Brasil a posição de PO argentino. Aqui também essa posição indica uma luta surda ao redor do programa. Aqui criticamos CO por apontar para a estratégia do governo dos trabalhadores a ser conquistado eleitoralmente. Perguntamos aos militantes de CO: a divergência política justifica a omissão diante da luta dos explorados bolivianos?

Campanha Internacional

Reproduzimos abaixo modelo de manifesto de repúdio contra repressão política a estudante chileno. Chamamos as organizações de massas a apoiarem o direito de livre expressão enviando a mensagem abaixo ao reitor da Universidade de Valparaíso, no Chile.

Sr.
Norman Cortés Larrieu
Rector
Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación
Avenida Playa Ancha 850; Fono 281121
Valparaiso, Chile

Moção de repúdio à perseguição política sobre Juan Moreno
Pelo direito de manifestação e livre expressão dentro da Universidade

O estudante Juan Moreno Ramírez, do terceiro ano de Geografia, está sendo vítima de mais um golpe repressivo e totalitário, orquestrado pelas autoridades universitárias, que para poder avançar o processo privatista da Universidade, ameaçam-no de suspensão e até expulsão do quadro de alunos. Trata-se de um ataque à mais elementar liberdade democrática - o direito de livre manifestação e expressão - e em função disso a presente moção, assinada pelos movimentos popular, sindical e estudantil, repudia a ação dessa Reitoria.

